



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

ATA Nº 6/2021

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA

SESSÃO ORDINÁRIA DE

16/12/2021



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

ATA NÚMERO 6/2021

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte um pelas 14 horas e trinta minutos realizou-se, no Auditório do Museu PO.RO.S, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1. Intervenção do Público. -----

-----2. Discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária do dia 16 de outubro de 2021. -----

-----3. Período Antes da Ordem do Dia -----

-----3.1. Pedido de renúncia ao mandato 2021/2025 do membro eleito pela lista do PSD, Fernando António Verissimo Cardoso, bem como da cidadã que lhe seguia na respetiva lista, Cidália Isabel Duarte Costa e preenchimento da vaga ocorrida, ao abrigo do nº 1 do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação. -----

-----3.2. Tomada de posse dos eleitos Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo e Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres, nos termos do n.º 3, artigo 44.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na atual redação. -----

-----3.3. Análise de expediente e informações. -----

-----3.4. Intervenções dos Membros da Assembleia. -----

-----4. Ordem do Dia -----

-----4.1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----4.2. Eleição de um membro da Assembleia Municipal (Autarca de Freguesia) para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto. -----

-----4.3. Designação até dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de acordo com o Decreto-Lei nº 82/2021 de 13/10. (alínea b) nº 3, artigo 29º). -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----4.4. Designação de um membro da Assembleia Municipal (Autarca de Freguesia) para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, na atual redação.-----

-----4.5. Designação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea n), do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----4.6. Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----4.7. Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego, nos termos da alínea b) do artigo 31º, do Dec. Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.-----

-----4.8. Designação de um elemento de cada partido político com assento na Assembleia Municipal, para integrar a Comissão de Toponímia, nos termos da alínea a), do artigo 11º do Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Edifícios do Município de Condeixa-a-Nova.-----

-----4.9. Substituição do cidadão José Matos Caridade Fernandes na Comissão Alargada da CCPJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

-----4.10. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2021.-----

-----4.11. Apreciação e votação da Modificação dos Documentos Previsionais – 5ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.-----

-----4.12. Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais 2022-2026.-----

-----4.13. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, para o ano de 2022.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----4.14. Apreciação e votação da fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal. [artigo 17º, da Lei nº 29/87 de 30 de junho]. -----

-----4.15. Apreciação e votação da fixação da Taxa de Direito de Passagem (TMDP), para o ano de 2022. -----

-----4.16. Apreciação e Votação da Proposta para nomeação do Revisor Oficial de Contas [artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro]. -----

-----4.17. Conhecimento da listagem dos contratos plurianuais celebrados entre o dia 11 de setembro e 9 de dezembro de 2021, nos termos do nº 4 do artigo 6º das Normas de Execução Orçamental. -----

-----4.18. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº 2, da alínea c), do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

-----De seguida, e depois de ter feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes membros que constituem este Órgão, a saber: -----

-----António José Barata Figueiredo; -----

-----Maria Alice Marques Silvério; -----

-----João Miguel de Matos Alves Santos Viais; -----

-----Diana Pereira dos Santos; -----

-----Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres; -----

-----Albano José Simões Leandro; -----

-----Nuno Ricardo Gonçalves Gaspar; -----

-----Luís Miguel Manaia Caridade; -----

-----Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo; -----

-----Miguel Simões da Fonte Pessoa; -----

-----José António da Silva Martins Cura; -----

-----Eduardo José Lopes Alcouce; -----

-----Jorge Filipe Nunes Gonçalves; -----

-----Gisela Patrícia Duarte de Almeida; -----

-----Sílvia Marina Marques Teixeira; -----

-----Diogo Miguel da Costa Gomes; -----

-----Laurinda da Costa Pereira; -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----José Luís Sousa Rebelo; -----
-----Tiago António Marques Picão;-----
-----João Miguel Duarte de Brito;-----
----- Ana Maria Teixeira Mendes Filipe [em substituição de Nelson Michael Dias Simões]; -
-----João Carlos Ribeiro Lameiro (Presidente da Junta de Freguesia de Anobra); -----
-----Rodolfo Daniel Alves Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Ega); -----
-----Filipe Manuel Simões [em Substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Furadouro];-----
-----Vítor Luís Donário Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Zambujal);-----
-----Paulo Jorge da Silva Simões (Presidente da União das Freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha); -----
----- Raúl Manuel Lopes Amado de Oliveira (Presidente da União das Freguesias de Sebal e Belide); -----
-----Jorge Manuel Lucas de Almeida (Presidente da União das Freguesias de Vila Seca e Bendafé). -----

-----Estiveram também presentes a esta sessão o Sr. Presidente da Câmara, Nuno Moita da Costa, o Sr. Vice-Presidente António Lázaro Ferreira, e os Srs. Vereadores Ana Teresa Gomes de Oliveira Manaia, Nuno Mendes Claro e Silvino Dias Capitão. -----

-----O Sr. Presidente informou que não se encontrava presente na sessão o membro Nelson Michael Dias Simões por razões profissionais, e a Presidente da Junta de Freguesia do Furadouro, Carla Isabel Manaia Gaspar, por se encontrar em isolamento profilático, tendo os mesmos sido substituídos ao abrigo dos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista, Ana Maria Teixeira Mendes Filipe e Filipe Manuel Simões, respetivamente, este tesoureiro da referida Junta de Freguesia, uma vez que o secretário também se encontra em isolamento profilático, tendo as respetivas faltas sido justificadas. -----

-----1. Intervenção do Público. -----

-----Não havendo intervenções do público, passou-se de seguida ao ponto 2, da ordem de trabalhos. -----

-----2. Discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária do dia 16 de outubro de 2021. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----O Sr. Presidente colocou à discussão e votação a ata da primeira sessão, já incluindo duas propostas de alteração/ajustamento sugeridas pela bancada do Partido Social Democrata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Não participaram na votação da respetiva ata, os membros Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo e Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres, por não terem estado presentes na referida sessão. -----

-----3. Período Antes da Ordem do Dia -----

-----**3.1. Pedido de renúncia ao mandato 2021/2025 do membro eleito pela lista do PSD, Fernando António Veríssimo Cardoso, bem como da cidadã que lhe seguia na respetiva lista, Cidália Isabel Duarte Costa e preenchimento da vaga ocorrida, ao abrigo do nº 1 do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.** -----

-----O Sr. Presidente, no uso da palavra, informou que o membro eleito pela lista do Partido Social Democrata, Fernando António Veríssimo Cardoso solicitou a renúncia ao mandato 2021/2025, por motivos pessoais, e, em consequência, foi convocada a cidadã que lhe seguia na respetiva lista, Cidália Isabel Duarte Costa, a qual manifestou a sua indisponibilidade, tendo sido de imediato convocado o cidadão seguinte, José António da Silva Martins Cura que se encontra hoje presente na sessão. Após a verificação da sua identidade e legitimidade, foi a substituição e tomada de posse feita de imediato, nos termos do artigo 76º da Lei 169/99, de 18 de setembro na atual redação. -----

-----**3.2. Tomada de posse dos eleitos Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo e Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres, nos termos do n.º 3, artigo 44.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.** -----

-----De seguida o Sr. Presidente verificou a identidade e legitimidade dos eleitos pela lista do Partido Socialista Helena Maria da Fonseca de Almeida Diogo e Marília Tomé Pedroso dos Reis Torres, ao abrigo do nº 3, artigo 44.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na atual redação. (Documento que se junta à presente ata por fotocópia para dela fazer parte integrante sob o número 1]. -----

-----O Sr. Presidente solicitou ao abrigo do artigo 50º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, a inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes assuntos:-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Apreciação e votação da proposta de redução de valores a cobrar pela ocupação de terrado no Mercado Municipal;-----

-----Apreciação e votação da proposta de redução do valor mensal da renda das bancas e bloco de bancas no Mercado Municipal;-----

-----Apreciação e votação da proposta de recomendação para ações de formação suporte básico de vida (SBV) aos colaboradores do Município de Condeixa-a-Nova.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a inclusão dos referidos assuntos.-----

-----3.3. Análise de expediente e informações.-----

-----No cumprimento do ponto 3.3 da Ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ter recebido um documento, entregue pelo Sr. Fortunato Baptista Pires da Rocha, referente ao Hospital D. Anna Laboreiro D'Eça. Este documento foi previamente enviado para o primeiro elemento eleito por cada uma das listas dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal. Informou também que recebeu do deputado Eduardo Alcouce um pedido para que esse documento fosse analisado nesta Assembleia Municipal.-----

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que efetuasse uma contextualização da situação relativa ao Hospital D. Anna Laboreiro D'Eça, esclarecendo qual a participação da Câmara Municipal nesta fundação.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção com uma nota de boas vindas a todos os elementos que compõem esta Assembleia Municipal, desejando um bom mandato para todos.-----

-----De seguida, Sr. Presidente da Câmara Municipal lembrou que essa Fundação foi cedida ao município pelo Doutor Simão da Cunha, em 1918, tendo, por conseguinte, ficado como património municipal. Em 1959, os estatutos feitos entre a câmara e o poder central, permitiram criar a Fundação D. Anna Laboreiro D'Eça, que funcionou como hospital particular durante um longo período de tempo, tendo posteriormente sido utilizado como centro de saúde. Integravam a gestão desta Fundação um membro do clero, o governador civil, um representante da Santa Casa da Misericórdia e um elemento designado pela Câmara Municipal, pelo que, apesar de ser património Municipal, esta Fundação não é gerida direta e exclusivamente pela Câmara. Depois de ter sido construído o novo centro de saúde, o espaço ficou sem utilização, tendo a Câmara Municipal tentado preservar este património, utilizando uma parte das instalações para arquivo municipal, procurando que esse espaço não ficasse abandonado, tendo igualmente nomeado dois elementos para integrar a equipa de gestão da fundação em virtude de terem sido extintos os governos civis.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Nos dois mandatos anteriores, os representantes da Câmara Municipal foram os vereadores António Ferreira e Liliana Pimentel, tendo essa direção assumido consensualmente que esta Fundação deveria desempenhar um papel na área da saúde, até porque os estatutos de cedência apontavam para a utilização desse espaço com essa finalidade. -----

-----Posteriormente, em 2011, houve uma alteração aos estatutos do que se pode considerar uma Fundação e desde esse momento que a direção tem tentado resolver esta questão estatutária, aguardando a sua aprovação pelo Conselho de Ministros. -----

-----Entretanto, a direção encomendou a realização de um projeto de arquitetura para implementar nesse espaço uma unidade de cuidados continuados, sendo intenção avançar com este processo independentemente da questão estatutária. Além desta dificuldade estatutária existe uma outra dificuldade associada ao rácio de cuidados continuados para poder usufruir de apoio do Governo, uma vez que as cerca de 30 camas estão já ocupadas pela unidade de cuidados continuados de Bruscos, sendo que a mesma poderá sempre funcionar como unidade privada, mas sem o apoio do Estado.-----

-----A Câmara Municipal está bastante atenta a esta situação, uma vez que o Governo se encontra a rever os rácios e a lançar novos apoios para esse tipo de investimentos, procurando aumentar o rácio para Condeixa. O Sr. Presidente da Câmara Municipal realçou que, contudo, poderão não ter sucesso uma vez que o concelho de Condeixa é o concelho menos envelhecido do distrito e um dos menos envelhecidos do país. Informou ainda que a Câmara tudo fará para que o edifício se mantenha conservado em termos físicos, sem que o mesmo seja abandonado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou também que já fez contactos formais e informais para ultrapassar esta questão estatutária da fundação, sendo que até ao momento o problema não ficou resolvido, considerando que esta Assembleia Municipal deveria também tomar uma posição no sentido de pressionar o Conselho de Ministros para que o mesmo decida rapidamente sobre esta situação, de modo a dar alguma estabilidade administrativa e legal à Fundação. Considerou ainda que é bastante importante que seja reconhecida como fundação ou que seja criada uma IPSS para poder usufruir dos apoios do Estado. -----

-----Foram feitos igualmente contactos com entidades privadas para averiguar do interesse em fazer a exploração daquele edifício, mas sempre no âmbito de uma Unidade de cuidados continuados, encontrando-se a situação num impasse. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua disponibilidade para receber o Sr. Fortunato Rocha, considerando inclusivamente que o mesmo deve fazer parte da solução, de modo a conseguir perceber qual a melhor opção para este espaço. Referiu ainda que existe uma solução rápida, mas que não se integra no âmbito que foi instituído para aquele edifício aquando da sua cedência, transformando-o de modo a responder à falta de espaço da



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

câmara municipal para várias atividades, desde a ação social, a unidade de apoio ao investidor e até como Arquivo municipal, existindo um conjunto de soluções para aquele edifício. Esta opção iria resolver alguns problemas da Câmara Municipal, mas não respeitaria a vontade e exigência de quem doou o edifício ao Município e que estão na base dos seus estatutos. -----

-----De seguida, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que os restantes elementos deste órgão se pudessem pronunciar sobre esta situação, considerando, contudo, importante que fosse elaborada uma carta a enviar ao Conselho de Ministros reforçando a posição da Câmara Municipal, inclusivamente com a sua divulgação nos jornais, para fortalecer essa posição. -----

-----O vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Ferreira, usou da palavra para informar que na próxima quarta-feira haverá uma reunião da mesa da fundação. De seguida, reforçou a ideia, já transmitida pelo presidente da câmara municipal, de que, dos quatro elementos que constituem a mesa da fundação, apenas dois foram indicados pela câmara municipal, sendo presidente da Mesa o elemento indicado pelo clero. Referiu que se trata de um órgão colegial, pelo que as decisões da Câmara Municipal não têm poder vinculativo, reafirmando a necessidade premente de o Conselho de Ministros aprovar os estatutos da Fundação. -----

-----A deputada Gisela Almeida confirmou a receção da carta e considerou que se deve ir mais além nesta questão, reconvertendo o edifício para a área da saúde, considerando que não deve ser utilizado para outro serviço, tendo em conta inclusivamente o legado centenário recebido. Referiu que a ideia, já indicada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativa à limitação de camas para cuidados continuados é efetivamente um problema, podendo a carência de camas para cuidados paliativos no SNS servir como um ponto de viragem para tornar Condeixa num pólo pioneiro. Em nome da bancada do Bloco de Esquerda, apresentou a proposta de ser elaborado um projeto para aquele espaço, que preveja não apenas cuidados continuados, mas igualmente cuidados paliativos e, porventura a criação de uma associação que possa contornar o impasse estatutário desta Fundação. -----

-----O deputado Miguel Pessoa questionou relativamente à elaboração de um plano de obra de recuperação do antigo Hospital D. Anna Laboreiro D'Eça e a sua conversão em Unidade de cuidados continuados, questionando igualmente se seria ainda possível apresentar uma candidatura aos apoios previstos no Plano de Recuperação e Resiliência. -----

-----O deputado Eduardo Alcouce indicou ter recebido e analisado cuidadosamente a carta e, atendendo à dificuldade em resolver o problema, seja através de uma Fundação seja através da criação de uma Associação, questionou se haveria possibilidade de se chegar a um consenso ou se poderia ser realizada uma reunião entre as partes envolvidas, nomeadamente a Câmara Municipal, o Clero e a Santa Casa da Misericórdia. De seguida, referiu estar em



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

condições de apresentar uma proposta de investimento de um grupo de gestão hospitalar, para transformar este edifício numa unidade integrada no âmbito da saúde, colaborando na gestão dessa unidade ou até investindo o montante necessário para tornar esse espaço numa unidade de cuidados continuados, mesmo que integrado no SNS. Propôs ainda a criação de uma Comissão para acompanhar essa reunião, integrando o grupo de trabalho, juntamente com os elementos que integram a gestão da Fundação, de modo a encontrar uma solução para este problema. -----

-----A deputada Alice Silvério confirmou igualmente a receção da carta e, em nome da bancada do PSD, propôs a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal com os membros da mesa da Fundação, sendo analisadas as várias propostas. Informou terem já conversado com o senhor padre, constatando que existem algumas divergências, inclusive no âmbito do projeto. -----

-----O deputado Tiago Picão considerou que, atendendo à limitação do número de camas para cuidados continuados em adultos, seria interessante analisar a possibilidade de transformar essas instalações numa unidade de cuidados continuados pediátricos. Acrescentou ainda que, atendendo à necessidade de espaços por parte do município e uma vez que a área é elevada, seria possível dividir as instalações de modo a poder responder também a essa falta de espaços, inclusivamente com a construção de um jardim na parte de trás do edifício. Por fim, referiu que seria interessante ocupar os terrenos na zona virada para o pavilhão com edifícios que respondam às necessidades da Câmara. No entanto, estas situações só poderão ser ponderadas após a resolução da questão dos estatutos. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal considerou que a resolução deste problema terá que passar necessariamente por uma tomada de posição forte por parte da Câmara e desta Assembleia Municipal. Referiu ainda que foram apresentadas propostas interessantes para a resolução deste problema, tendo considerado importante respeitar o legado daquele espaço, mas também considerar a possibilidade de uma solução mais criativa que traga uma maior diferenciação ao concelho. -----

-----De seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para concordar com a ideia já transmitida pelo Vice-presidente de que, em conjunto, é necessário arranjar uma solução para o problema, tendo em conta que a gestão da Fundação não é exclusiva da Câmara. Referiu que foram apresentadas boas propostas, como por exemplo a hipótese de transformar o espaço numa unidade de cuidados continuados, referida pela deputada Gisela Almeida. O projeto está feito independentemente de algumas divergências que possam existir, com todas as condições necessárias para transformar o espaço numa Unidade de cuidados continuados, na qual se poderiam porventura integrar os cuidados paliativos. O projeto de arquitetura desta obra, sem as especialidades, terá um valor aproximado de 2 milhões de



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

euros, pelo que a Câmara só com verbas próprias não conseguirá executar a obra, exceto se tiver a ajuda de fundos comunitários ou conseguir realizar alguma receita extraordinária, sendo que a Fundação tem fundos próprios, mas igualmente insuficientes para fazer face a uma obra dessa dimensão. Relativamente aos cuidados paliativos, vai procurar inteirar-se dessa possibilidade bem como da vertente relativa a cuidados pediátricos. Referiu que concorda com a proposta de criação de uma Comissão para acompanhar a situação, colocando a Assembleia Municipal ao corrente das decisões, considerando importante envolver o Sr. Fortunato na tomada das decisões. No que se refere à possibilidade de os grupos privados poderem integrar a solução, considerou que essa possibilidade seria mais atrativa para os mesmos, caso se consiga financiamento para a execução das obras. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perante as opiniões apresentadas, colocou à votação duas iniciativas a tomar de imediato: -----

-----Elaboração de uma missiva da Assembleia Municipal, elaborada pelo seu Presidente, de apoio à CMC, de modo a pressionar as entidades responsáveis pela aprovação dos estatutos da Fundação; -----

-----Criação de uma comissão de trabalho de acompanhamento por parte da Assembleia Municipal de todo o processo, constituída por um elemento de cada partido com representação nesta Assembleia Municipal. Esta comissão extingue-se quando o assunto estiver resolvido ou a Assembleia Municipal delibere nesse sentido. -----

-----Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

-----3.4. Intervenções dos Membros da Assembleia.-----

-----Dando cumprimento ao ponto 3.4 da Ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sensibilizou os deputados para a necessidade de tornar as reuniões desta Assembleia o mais eficientes possível, solicitando razoabilidade a cada deputado nas suas intervenções, uma vez que reuniões muito longas provocam a deterioração da decisão, sem, no entanto, colocar em causa as questões ideológicas e a diversidade partidária. -----

-----O deputado João Viais usou da palavra para referir que tem constatado que, ao longo dos últimos anos, têm surgido críticas sem qualquer fundamento, utilizando, nomeadamente, as redes sociais, pelo que considera que cada uma das pessoas se deve reconstruir e contribuir para melhorar o Concelho, dando um contributo positivo para ajudar no desempenho do executivo. De seguida, considerou importante realçar três aspetos: -----

-----Como é do conhecimento geral, foi dado a este deputado o privilégio de participar no Congresso Anual da Associação Nacional de Municípios em representação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que não foi possível a este estar presente. Nesta sequência



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

felicitou o senhor Presidente da Câmara pela eleição para a direção da Associação Nacional de Municípios, realçando a mais-valia que esse facto pode trazer para o nosso concelho. -----

-----Ao longo dos tempos tem sido colocado em causa o modo como determinadas situações e problemas são geridos no nosso concelho. Ora, a este propósito, salientou a gestão eficaz que foi feita no processo de vacinação contra a Covid-19, reforçando a importância da intervenção do sr. Presidente e felicitando todos os elementos que estiveram envolvidos neste processo, permitindo transmitir alguma confiança e segurança aos habitantes do concelho. -----

-----Recentemente a Ministra da Cultura visitou o concelho de Condeixa, tendo sido assinado um contrato entre a Câmara Municipal de Condeixa, a Direção Geral do Património e Cultura e o Gabinete Estratégico de Planeamento e Avaliação Cultural, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, com um valor global de 5,2 milhões de euros. Este contrato permitirá à Câmara Municipal de Condeixa intervir no Museu monográfico de Conímbriga, tendo o deputado João Viais reputado este acordo de importante, devendo por isso ser enaltecido. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para agradecer ao deputado João Viais a referência à Associação Nacional de Municípios e realçar o facto de, pela primeira vez, o concelho de Condeixa estar representado no Conselho Diretivo desta Associação, garantido que tudo fará para ajudar a resolver alguns problemas que afetam as autarquias, nomeadamente a descentralização, através da transferência de competências já efetuada na área da educação, brevemente na área da segurança social e futuramente na área da saúde, sendo que a regionalização irá igualmente merecer uma particular atenção desta Associação. Agradeceu igualmente a referência deste deputado à questão da vacinação, uma vez que representou um tremendo esforço de todos os envolvidos neste processo, elogiando, em particular, a importante contribuição do vereador Carlos Canais, realçando igualmente a colaboração entre Câmara Municipal e as Unidades de Saúde Familiar. -----

-----Relativamente ao terceiro aspeto referido pelo deputado João Viais, o Sr. Presidente da Câmara Municipal enfatizou o cumprimento de um enorme objetivo a que se propunha, com a obtenção de um acordo para um forte investimento no Museu Monográfico de Conímbriga e na herança romana. Este contrato, celebrado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, irá permitir um investimento de cerca de 5 milhões de euros na recuperação do Museu Monográfico e da fábrica de recuperação de mosaicos, sendo expectável que a obra se inicie com brevidade. Por fim, considerou ser esta uma excelente notícia para o concelho, que tem feito um esforço enorme no sentido da valorização e promoção do seu património romano. -----

-----A deputada Alice Silvério referiu que, em virtude de exercer medicina há longo tempo, tem tido uma elevada ligação aos centros de saúde da região, tendo conhecimento que a



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

saúde é uma das áreas onde haverá descentralização de competências a partir de abril de 2022. Referiu que a unidade de Saúde de Condeixa tem sido alvo de muitas críticas por parte dos utentes, nomeadamente no que se refere ao contacto telefónico desta unidade, considerando que o número de médicos que a integram é muito reduzido. Acrescentou que, relativamente ao agendamento para a vacinação contra a Covid-19, não está a ser respeitado o horário nem as condições, particularmente no que se refere às pessoas mais idosas ou com deficiências, que são obrigadas a permanecer na rua à chuva, ao frio e em pé, sendo igualmente referida a falta de água quente no centro de saúde. Perante os problemas expostos, questionou o Presidente da Câmara se a Autarquia está preparada para assumir as novas competências na área da saúde. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para referir que, no período anterior à Covid-19, a Câmara Municipal interveio junto da ARS Centro, procurando resolver a falta de assistentes técnicos e assistentes operacionais no centro de saúde, reforçando a ideia de que a transferência de competências será apenas na área dos assistentes operacionais, edifícios e equipamentos. De seguida, afirmou ser contra o encerramento dos centros de vacinação, uma vez que os centros de saúde têm condições diferentes destes centros, procurando, junto da ARS e do ACES, que os mesmos se mantivessem abertos. O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu também que manifestou à ARS a disponibilidade para colaborar na criação de condições para acelerar o processo de vacinação. Relativamente à transferência de competências, informou que em abril de 2022 terá obrigatoriamente que aceitar esse processo, mas o mesmo ainda não foi aceite devido ao facto de o pacote financeiro associado se revelar insuficiente e em virtude da Câmara não se sentir ainda preparada para essa transferência. Em relação à falta de pessoal médico, esse será um problema cuja resolução não compete à Câmara Municipal, uma vez que a gestão destes profissionais não está integrada no processo de transferência de competências. -----

-----O deputado Miguel Pessoa usou da palavra para interpelar o senhor Presidente da Câmara relativamente a vários assuntos, sendo que a sua intervenção se encontra apenas a esta ata, sendo parte integrante da mesma. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em resposta a esta intervenção, referiu que:--

-----Neste momento, a concessão pública de transportes se encontra a funcionar sem concurso, apenas com uma licença provisória, uma vez que o concurso público para os transportes lançado pela CIM ainda não está concluído, não sendo este atraso da responsabilidade da Câmara Municipal. Informou ainda que, em virtude de se encontrar a funcionar com licença provisória, a empresa Transdev se encontra a fazer chantagem com a CIM, manifestando a intenção de terminar com este serviço se não for pago o montante que pretendem, sendo esta uma situação inaceitável em democracia, que ocorre também em



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

outras zonas do nosso país. Do exposto, resulta a grande dificuldade da Câmara Municipal em conseguir resolver alguns problemas junto do operador privado de transporte, sendo que, até ao momento, a Câmara Municipal nunca teve que dar quaisquer compensações adicionais à Transdev;-----

-----Em relação à escola Fernando Namora, informou que o edifício se encontra na posse da Câmara Municipal, desconhecendo, contudo, os problemas relatados pelo deputado Miguel Pessoa, referindo que, efetivamente, algumas salas têm sido adaptadas para o ensino especial. Informou que já deu ordens para que seja iniciado um projeto para alargamento e reabilitação desta escola, que contará com a ajuda de fundos comunitários;-----

-----Uma das preocupações do executivo é o Arquivo Municipal, merecendo a resolução deste problema uma particular atenção neste mandato. Neste momento, já se encontra uma pessoa da Câmara Municipal afeta a esse arquivo, sendo necessário arranjar um espaço para o seu funcionamento, pelo que a Câmara já se encontra a negociar a aquisição de um edifício, assegurando que o arquivo histórico está guardado e bem preservado;-----

-----A aquisição de casas por parte da Câmara encontra-se nas GOP, devido ao seu interesse histórico, particularmente a do aqueduto;-----

-----Está de acordo com a criação da Comissão das Comemorações do Cinquentenário do 25 de Abril de 1974;-----

-----Relativamente ao Congresso, vão tentar iniciar o mais rapidamente possível a sua organização;-----

-----No que se refere ao subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, informou que o mesmo já foi validado pelos serviços da câmara;-----

-----O Deputado Nuno Gaspar iniciou a sua intervenção referindo que registou com algum espanto a intervenção do deputado João Viais, enquanto líder de bancada do PS, no que diz respeito à crítica apresentada nesta assembleia e nas redes sociais, quando recentemente esse deputado também apresentou algumas críticas. De seguida, elogiou a vereadora Ana Manaia pela rápida resolução do problema de aquecimento no jardim de infância da escola do Bairro do Ciclo, tendo questionado o Presidente da Câmara se existe mais algum equipamento escolar da Câmara Municipal que registe deficientes condições de climatização. Este deputado questionou ainda o Presidente da Câmara acerca do prazo para conclusão das obras na escola do 1º ciclo da Ega, terminando a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara se houve algum apoio aos empresários através da verba obtida pela derrama.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não foram ainda formalizados líderes de bancada, mas que essa designação será solicitada já para a próxima reunião.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Em defesa da honra e em resposta à intervenção do deputado Nuno Gaspar, o deputado João Viais começou por frisar que não é líder da bancada socialista, reafirmando que não nega o seu passado e que a sua alusão à crítica apenas se referia à crítica destrutiva.-----

-----A deputada Diana Santos iniciou a sua intervenção, referindo que a bancada do PSD pretende ao longo do mandato continuar a fazer um trabalho de crítica construtiva, de defesa da transparência e principalmente tendo sempre em conta o interesse superior dos condeixenses e dos que escolhem viver ou investir no nosso concelho. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que o PSD tem vindo a apontar o dedo a assuntos que consideram que não dignificam o Município, mas fazendo-o dando a cara, sendo esta Assembleia Municipal o espaço primórdio onde isso vai acontecer. Referiu ainda que o PSD não se mostra só nas redes sociais, uma vez que utiliza igualmente este órgão para se dirigir ao executivo da câmara municipal, assegurando que este ato, as intervenções que doravante farão e que noutros mandatos foram feitos, são sempre com sentido de responsabilidade, uma vez que a liberdade deve estar de mãos dadas com a responsabilidade. De seguida, apresentou os seus desejos de que todos os deputados usem a Assembleia Municipal para um trabalho produtivo e, eventualmente, para momentos de união, mas sempre com liberdade de voto, manifestando igualmente o desejo de que todos os deputados façam destas Assembleias um espaço de interação, de conhecimento das dificuldades e das necessidades dos condeixenses, em suma, uma Assembleia de porta aberta aos cidadãos.-----

-----A deputada Diana Santos deu seguimento à sua intervenção, referindo que, em matéria de investimento empresarial, concorda com o executivo que é muito importante incentivar e captar o investimento empresarial. Para isso, urge tornar o município mais atrativo a potenciais investidores, para assim reverter a situação atual de paragem nesta metamorfose profunda na economia local e conseqüentemente no tecido social de Condeixa. Neste contexto, abordou o Presidente da Câmara acerca do Programa Go-Invest, apresentando algumas questões:-----

-----Qual o montante que foi gasto em incentivos para o Go-Invest?-----

-----Quantas empresas se candidataram?-----

-----Quais as razões que os empresários têm para se candidatar?-----

-----Onde é que as empresas se podem instalar?-----

-----Porque é que este programa não está a ter a adesão esperada quando foi aprovado?-----

-----Finalizou a sua intervenção, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se, em tempo de pandemia, fará sentido diminuir os apoios como fez a Câmara Municipal, alterando a versão inicial do Regulamento.-----

-----De seguida, usou da palavra o deputado Eduardo Alcouce, manifestando a sua disponibilidade para colaborar com todos na melhoria da qualidade de vida dos condeixenses,



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

contribuindo para a promoção do rigor, da transparência e da justiça, referindo ter uma particular preocupação com o meio ambiente, educação e desenvolvimento económico do concelho. Frisou o seu total envolvimento com este órgão, garantindo que irá trabalhar em busca das melhores soluções para os munícipes. Apresentou a proposta de criação de um grupo de trabalho sobre educação, que será formalizada junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----O deputado João Brito iniciou a sua intervenção, elogiando o modo como a cerimónia de tomada de posse foi organizada, nomeadamente o facto de ter sido transmitida online através do Facebook, que permitiu que muitas pessoas pudessem assistir ao evento à distância. De seguida, lamentou que este procedimento não se estenda igualmente às reuniões da Assembleia Municipal e do executivo, considerando que o mesmo seria uma mais-valia para os munícipes e para todos os que se interessam pelo concelho. Prosseguiu a sua intervenção, referindo desconhecer o estado de implementação do processo relativo à descentralização de competências, apresentando as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: ---

-----Quais são as competências já assumidas e quais as que ainda não estão implementadas? -----

-----O que falta fazer para que as competências já assumidas estejam a ser plenamente implementadas? -----

-----Aproximando-se a data definida para a transferência de competências na área da saúde, qual é o ponto de situação deste processo? -----

-----O deputado João Brito concluiu a sua intervenção, apresentando uma proposta de alteração ao regulamento do Orçamento Participativo, permitindo que entidades coletivas possam apresentar propostas, eliminando a obrigatoriedade de as propostas serem apresentadas apenas em nome individual. -----

-----A deputada Gisela Almeida iniciou a sua intervenção, referindo que a comunicação do Município com os cidadãos é muito importante, pelo que considera que deve ser melhorada a resposta aos e-mails dos cidadãos, através, por exemplo, da criação um e-mail de resposta automática a notificar o cidadão que o departamento contactado recebeu a comunicação do cidadão e que no prazo máximo de 30 dias lhe será dada uma resposta. De seguida, propôs que o Programa “SMART CITY” seja o motor de desenvolvimento de um espaço promotor de meetups de hackathons, que fomentem o emergir de ideias criativas e disruptivas, que promovam a eficiência e a sustentabilidade do Município, por exemplo, para o desenvolvimento de ideias inovadoras que visem a aposta em iluminação pública com recurso a energias renováveis, diminuindo assim o encargo do Município com a despesa de iluminação pública. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que a análise no terreno e o parecer da Associação Condeixa Pa’tudos, corroboram que é urgente trabalhar em prol da construção de um novo



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

Canil Municipal que promova o bem-estar animal. Esta deputada finalizou a sua intervenção, reforçando a extrema importância que deve ser colocada na formação em suporte básico de vida nas escolas públicas, em todos os anos de escolaridade e aquisição dos DAE's necessários, bem como a formação adequada. -----

-----O deputado José Cura usou da palavra para solicitar ao Presidente da Câmara uma avaliação sobre a implementação do sistema SIT FLEX. De seguida, referiu que o anuário financeiro dos municípios portugueses apresenta indicadores pouco favoráveis ao Município de Condeixa, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um comentário a esta situação. --

-----A deputada Sílvia Teixeira aludiu ao facto de, no concelho de Condeixa, existirem inúmeros imóveis a necessitar de reabilitação, questionando o Presidente da Câmara se está previsto algum tipo de investimento nesta área para o ano de 2022. Prosseguiu, referindo que o Município vendeu dois lotes de terreno, tendo sido já aprovada a venda de mais lotes, que permitirá a obtenção de uma receita considerável. Nesta sequência, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se essa verba será aplicada em alguma área específica. -----

-----O deputado José Luís Rebelo usou da palavra para elogiar o modo como o Presidente da Assembleia Municipal conduziu os trabalhos na primeira sessão da Assembleia Municipal, desejando que o mesmo se mantenha nas reuniões seguintes. De seguida, mencionou que, no final do anterior mandato, a câmara adquiriu uns terrenos na Ega, destinados à construção de um polidesportivo, no entanto não encontrou nas GOP uma verba destinada a esta obra. Prosseguiu a sua intervenção referindo que, na Urbanização Conímbriga II foi colocada sinalização de modo inadequado, o que implica a circulação do trânsito por cima das calçadas e da zona relvada, com a conseqüente danificação do sistema de rega, dando origem a que algumas viaturas fiquem atascadas. Este deputado mencionou que esta situação é do conhecimento dos serviços camarários, tendo em conta que a situação se encontra a ser retificada por funcionários desses serviços. Ainda em relação a esta urbanização, lamentou que na mesma não tivesse sido colocada qualquer iluminação de Natal. No âmbito da área social e em virtude de estar em funções um novo vereador com a tutela desta área, alertou para o facto de, em alguns locais, nomeadamente Avenal, Sobreiro, Casével, entre outras, as carrinhas de apoio social terem extrema dificuldade em conseguir chegar aos diversos locais de apoio, uma vez que os acessos não se encontram nas melhores condições, impossibilitando, inclusivamente, a circulação de veículos de emergência. Finalizou a sua intervenção manifestando total disponibilidade para colaborar com o vereador na identificação dessas situações problemáticas. -----

-----De seguida, Sr. Presidente da Câmara Municipal e os vereadores prestaram os esclarecimentos relativos às questões colocadas nas diversas intervenções dos deputados. ----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Em resposta à questão colocada pelo deputado Nuno Gaspar acerca do aquecimento das escolas do primeiro ciclo, a vereadora responsável pela área da educação, Ana Manaia, referiu que as duas situações sinalizadas, na escola EB1 de Anobra e no Jardim de Infância da Escola do Bairro do Ciclo, se encontram já resolvidas, não tendo conhecimento de qualquer outra situação problemática. Ainda no âmbito da educação, a vereadora acrescentou que o procedimento relativo às obras na escola da Ega já foi concluído pelos serviços da câmara, estando a ser cumpridas as restantes etapas do processo, não sendo ainda possível prever se as obras estarão concluídas antes do final deste ano letivo. -----

-----Em complemento a esta informação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que os alunos estão instalados no Centro Social da Ega, a quem agradeceu a colaboração, e que a obra está neste momento em concurso, com um prazo de execução de 9 meses. Referiu ainda que dificilmente as obras estarão concluídas no início do próximo ano letivo, devido à falta de material e de mão-de-obra. -----

-----Relativamente às questões relacionadas com as verbas provenientes da derrama e da venda dos lotes de terreno, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que as mesmas são receitas gerais da autarquia, que constam do seu orçamento, e que não são consignadas a uma rubrica específica, lembrando, contudo, que o Município apoiou os comerciantes neste difícil período de pandemia. Prosseguiu, considerando que neste momento não existe uma estagnação ou uma crise económica em Condeixa, constatando-se que o nível de desemprego está perto da taxa natural e os indicadores económicos apontam para uma melhoria relativamente ao ano anterior, havendo relatos das empresas que o principal problema é efetivamente a falta de mão-de-obra especializada. -----

-----Em relação à intervenção da deputada Diana Santos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que as empresas Pingo Doce, Cannabis Medicinal e Farmolab beneficiaram do programa Go-Invest, que se traduz na redução de taxas para empresas que criam um determinado número de postos de trabalho. Referiu que a empresa Farmolab se encontra em expansão, investindo cerca de 10 milhões de euros no alargamento da sua unidade fabril, num investimento muito importante para Condeixa porque permitirá criar mais postos de trabalho. Frisou ainda que não houve mexidas nas taxas do programa Go-Invest e que isso significa receitas consideráveis que a Câmara deixa de receber. Relembrou que o programa Go-Invest foi criado numa altura em que a taxa de desemprego se situava perto dos 8% e as empresas evidenciavam algumas dificuldades, visando captar mais empresas e fomentar a criação de emprego. O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou ainda que neste momento a Câmara não tem lotes disponíveis na zona industrial e que é seu objetivo encontrar soluções para o alargamento da mesma. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----No que respeita à intervenção do deputado Eduardo Alcouce, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que também se sente motivado para contribuir para o crescimento do concelho, referindo nada ter a apontar em relação à criação de um grupo de trabalho na área da educação e relembrando a existência do Conselho Consultivo da Educação, que já integra membros da Assembleia Municipal. -----

-----No que concerne à intervenção do deputado João Brito, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a questão relativa à transmissão online das sessões será discutida posteriormente aquando da votação do regimento, considerando, contudo, existirem já no nosso país alguns maus exemplos de transmissões online de reuniões da Câmara Municipal ou de Assembleias Municipais. Em relação à transferência de competências na área da Educação, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que tem sido uma boa experiência, verificando-se um elevado aumento da massa salarial com pessoal e registando-se igualmente uma responsabilidade superior mais direta na gestão das escolas. Informou que a Câmara aceitou igualmente algumas competências na área da administração geral e da cultura, sendo que, até ao final do ano, a Câmara irá aceitar a transferência de competências na área da Ação Social, nomeadamente relacionadas com o Rendimento de Inserção Social. O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as associações podem estar envolvidas no orçamento participativo, apesar de a candidatura ter associado o nome de um representante dessa associação, como aliás tem sucedido em anos anteriores. -----

-----Em relação à intervenção da deputada Gisela Almeida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o Município possui um conjunto de ferramentas que melhoram o acesso dos munícipes à informação da Câmara Municipal, como, por exemplo, o SIG Municipal ou o MyNet, estando prevista para breve a apresentação de um programa designado por OurCity. O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou esta assembleia que o Município procedeu à substituição de cerca de 5000 luminárias já existentes por luminárias led, acrescentando que, em colaboração com a CIM, já manifestou a intenção de aderir ao programa das cidades climaticamente neutras e inteligentes, em conjunto com outros municípios. Neste âmbito, apelou à apresentação de sugestões por parte de todas as pessoas com conhecimentos nesta área. Prosseguiu a sua intervenção, informando que a construção do canil municipal está já prevista nas GOP, assumindo o compromisso de a Câmara se responsabilizar pela elaboração do projeto técnico e, consoante a disponibilidade financeira, avançar para a sua construção. Relativamente aos desfibrilhadores, a sua aquisição foi assegurada através do orçamento participativo, faltando a formação das pessoas que lidarão com o equipamento, nas quais se incluem elementos que serão indicados pelas escolas. Neste sentido, a Câmara aguarda que o Agrupamento de Escolas envie a indicação dos elementos que farão esta formação. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----No âmbito da intervenção do deputado José Cura e relativamente ao projeto de transporte flexível, o vereador António Ferreira usou da palavra, para informar que têm decorrido reuniões regulares entre os serviços camarários e os representantes dos taxistas da região, tendo sido feitas algumas adaptações de forma as que os interesses dos taxistas e da população sejam salvaguardados, não se registando, até à data, qualquer reclamação relativa a este serviço. De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que efetivamente o indicador de resultado líquido e a taxa de execução da receita apresentam valores insatisfatórios, referindo, no entanto, que é sua convicção que os mesmos irão melhorar substancialmente no próximo anuário, frisando que, em termos de endividamento e indicadores de liquidez, a Câmara de Condeixa apresenta bons valores, não sendo, por conseguinte, referenciada no lote dos piores desempenhos.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada Sílvia Teixeira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal lembrou que a área da reabilitação urbana tem usufruído de algumas benesses, ao nível fiscal e nos empréstimos bancários, sendo visíveis já algumas melhorias realizadas pelos privados em algumas zonas da vila. Neste âmbito, frisou que, atualmente, este programa de reabilitação não é dirigido apenas para o centro urbano, mas que se estende igualmente por todas as freguesias do concelho.-----

-----No que diz respeito à intervenção do deputado José Luís Rebelo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que os terrenos na Ega foram adquiridos com o objetivo de neles ser construída uma zona de lazer junto ao rio, mas que o Município não tem possibilidade de, simultaneamente, fazer essa zona de lazer e as piscinas sendo, por conseguinte, necessário fazer opções. Relativamente à questão da sinalização, da iluminação de Natal e da intervenção na área social referiu ter tomado as devidas notas, solicitando essa colaboração com o vereador. O Sr. Presidente da Câmara Municipal concluiu, informando que o Centro Social da Ega foi contemplado com o programa PARES, que permitirá o apoio da Segurança Social para um investimento previsto para essa instituição, lembrando que a Câmara Municipal investiu cerca de 800 mil euros na estrutura residencial deste Centro Social. Em complemento a estes esclarecimentos, o vereador António Ferreira informou que a aquisição dos terrenos na Ega teve um custo de 24 000 euros e que nunca houve a intenção de neles construir um pavilhão, em virtude de esses terrenos se encontrarem em zona de leito de cheia onde não é permitida a sua construção. Nesses terrenos existe efetivamente a possibilidade de construir uma zona de lazer, informando que o Município irá efetuar uma candidatura ao Fundo Ambiental para as Linhas de Água e Recuperação de Açudes, aos quais, em princípio, se juntarão três outros projetos a apresentar pela Câmara. O vereador informou que, relativamente às piscinas da Ega e apesar de inúmeras dificuldades, a Câmara conseguiu resolver este processo, referindo que, desde agosto de 2021 aguarda a entrega de documentos em falta do Centro Social da Ega



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

para poder ser realizada a escritura de permuta com o imóvel que será cedido pela Câmara. Prosseguiu a sua intervenção, informando que ainda no dia de hoje esteve nas instalações das piscinas da Ega, acompanhado por um técnico e pelo presidente dos UGAS, com o objetivo de serem avaliadas as áreas que necessitam de intervenção, de modo a que a Câmara, dentro da sua disponibilidade financeira e de acordo com a legislação, possa planear a sua reparação. O vereador António Ferreira terminou a sua exposição, apelando a que não haja deturpação das informações, uma vez que esse será um aspeto indispensável para que todos possam contribuir para a melhoria das condições de vida dos habitantes deste concelho. -----

-----Em defesa da honra e em resposta à intervenção do vereador António Ferreira, o deputado José Luís Rebelo referiu que o Centro Social já entregou a documentação referida, exceto um código do Instituto dos Registos e Notariado que apenas ontem foi localizado. -----

-----4. Ordem do Dia-----

-----4.1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal lembrou os presentes que, na primeira reunião da Assembleia Municipal foi criada uma comissão de revisão do regimento de funcionamento desta assembleia, que, após vários momentos de contacto (quer presencial, quer digitalmente - email), elaborou uma proposta que será submetida a votação pelos deputados. Esta Proposta, em alguns artigos não mereceu a concordância de todos os elementos que integravam essa comissão. Neste sentido, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs uma metodologia para a discussão a aprovação do regimento, que consistia em colocar à aprovação um bloco com todos os artigos onde existia concordância por parte de todos os elementos da comissão e, posteriormente, colocar à discussão e votação, ponto por ponto, os artigos onde se verificou alguma discordância entre os elementos da comissão ou a introdução de alguma alteração, nomeadamente os artigos 9º, 35º, 36º, 41º e 46º, tendo surgido duas propostas de inclusão de novos artigos, sendo um relativo ao direito de petição e outro relativo a faltas. A proposta da metodologia apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal não teve qualquer objeção por parte dos presentes. -----

-----Dando cumprimento a esta metodologia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o conjunto dos artigos do regimento anterior, onde se registou consenso entre os elementos da comissão, tendo estes artigos sido aprovados por unanimidade. -----

-----De seguida, passou-se à discussão e votação individual dos restantes artigos. -----

-----Em relação ao artigo 9º, o PSD propôs a introdução de um ponto nº2, com a seguinte redação: "O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal”, que mereceu a concordância dos restantes membros da comissão. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a introdução desta alteração, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Relativamente ao artigo 35º, o PSD apresentou uma proposta de alteração do ponto 3, que passaria a ter a seguinte redação: “Os vereadores devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário, de uma das bancadas, ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal”, sendo que esta proposta não mereceu a concordância de todos os elementos da comissão. -----

-----A deputada Helena Diogo usou da palavra, para manifestar a sua discordância relativamente a esta proposta de alteração, considerando que qualquer elemento presente nesta assembleia deve apenas dirigir-se ao seu presidente, que decidirá dar a palavra a quem entender, de acordo com os temas tratados, acrescentando que, no seu entender, esta proposta irá colidir com o previsto no artigo 40º, já aprovado anteriormente. -----

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta do PSD que prevê a alteração da redação deste artigo, tendo a mesma sido reprovada, registando-se 7 votos a favor, 1 abstenção e 20 votos contra. -----

-----Em relação ao artigo 36º, o PSD propôs a introdução de dois pontos: um ponto nº7 que teria a seguinte redação “Sob proposta do presidente da assembleia, as sessões e reuniões da assembleia municipal serão transmitidas por meios audiovisuais e difundidas on-line pelos Serviços do Município, devendo para o efeito cumprir todas as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)” e um ponto nº8 cuja redação seria “Os Serviços do Município devem manter os respetivos registos visuais e disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal”, sendo que nenhuma das propostas mereceu a concordância dos restantes membros da comissão. -----

-----Por sua vez, o BE apresentou uma proposta de introdução de um ponto nº7 que teria a seguinte redação “No final da reunião da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia, e um(a) deputado(a) de cada uma das bancadas políticas representadas na AM, dispõem, no máximo, de 10 minutos para apresentarem as suas conclusões sobre a reunião através de captação e transmissão áudio e vídeo na página web do Município de Condeixa, com o recurso ao “Simple Autárquico” “, que também não mereceu a concordância dos restantes membros da comissão.-----

-----O deputado Luís Caridade usou então da palavra para, em nome da bancada do PS, apresentar uma proposta de introdução de dois pontos neste artigo: um ponto nº7 que teria a seguinte redação “Nos 5 dias subsequentes a cada sessão da Assembleia Municipal, o



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

Presidente da Assembleia gravará uma mensagem em formato audiovisual, de forma a transmitir as deliberações decorrentes da sessão” e um ponto nº8 cuja redação seria “A gravação mencionada no número anterior será divulgada através do sítio na internet e das redes sociais oficiais do município, acompanhado de uma hiperligação para o sumário das deliberações tomadas”. Este deputado referiu que esta proposta representa uma forma equilibrada de, através de um formato digital que permite a sua disseminação pelos interessados, transmitir um breve resumo aos munícipes e por outro lado ter, de uma forma sucinta, as principais deliberações da assembleia municipal, bem como a sua remissão para a ata. -----

-----O deputado Eduardo Alcouce solicitou então à bancada do PSD que pudesse esclarecer melhor a sua proposta. Nesse sentido, a deputada Sílvia Teixeira referiu que a proposta apresentada pelo PSD corresponde integralmente àquela que foi debatida na comissão, defendendo que as sessões e reuniões da assembleia municipal sejam transmitidas em direto através de meios audiovisuais e difundidas on-line.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido reprovada, registando-se 8 votos a favor e 20 votos contra. ----

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo BE, tendo a mesma sido reprovada com 9 votos a favor, 1 abstenção e 18 votos contra. -----

-----Finalmente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo PS, tendo a mesma sido aprovada, registando-se 18 votos a favor, 1 abstenção e 9 votos contra.-----

-----No âmbito da discussão e aprovação do artigo 41º, o PSD apresentou uma proposta de alteração do ponto 3, que passaria a ter a seguinte redação: “Os tempos de uso da palavra serão distribuídos da seguinte forma: Partido Socialista - 25 minutos; Partido Social Democrata - 20 minutos; Bloco de esquerda - 5 minutos; Coligação Democrática Unitária - 5 minutos; Chega - 5 minutos”. -----

-----O deputado Luís Caridade interveio para apresentar a proposta da bancada do PS, frisando que a mesma tem em conta alguns fatores: neste mandato existem 5 forças políticas representadas na Assembleia Municipal e o PS considera que 5 minutos será o tempo mínimo que as bancadas uninominais deverão ter para poder intervir convenientemente e; deverão ser considerados os resultados eleitorais obtidos por cada um dos partidos. Neste contexto, este deputado apresentou a seguinte proposta de alteração da redação do ponto 3: “Os tempos de uso da palavra serão distribuídos da seguinte forma: Partido Socialista - 30 minutos; Partido Social Democrata - 15 minutos; Bloco de esquerda - 5 minutos; Coligação Democrática Unitária - 5 minutos; Chega - 5 minutos”.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----A deputada Sílvia Teixeira interveio para questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se, de acordo com o disposto no artigo 13º, o PS já constituiu os grupos municipais, atendendo a que os presidentes de junta de freguesia também estão incluídos nos períodos de tempo destinados ao uso da palavra. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que ainda não houve qualquer mecanismo formal de criação deste grupo municipal, frisando que a subordinação da atuação aos pressupostos regulamentares e legais é absolutamente incontornável, mas que deve haver, também, a preocupação de assumir uma postura mais funcional e eficiente, considerando que, em termos práticos, não existirão diferenças caso se constituam estes grupos municipais. Prosseguiu a sua intervenção, afirmando que o PS apresentou uma proposta que é diferenciadora pela positiva para os restantes partidos, uma vez que o PS abdica de tempo de intervenção em favor dos outros partidos, comparativamente ao que deveria usufruir caso se fizesse uma correlação direta entre os resultados eleitorais e os tempos de intervenção de cada partido. -----

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou a bancada do PSD se pretendiam manter a proposta apresentada, tendo recebido a confirmação da sua manutenção. -----

-----Em representação da bancada do PS, o deputado Luís Caridade confirmou que não foi constituído o grupo municipal, reafirmando que a proposta que apresentou prende-se com a interpretação lógica dos resultados obtidos nas eleições, considerando não ser necessário qualquer desagregação, uma vez que os presidentes de junta foram eleitos pelo PS, são membros integrantes deste órgão e devem estar envolvidos na defesa dos interesses e valores das suas populações, não devendo usufruir de períodos de tempo separados, na medida em que, em função da sua prioridade e da própria assembleia, podem ter o mesmo ou mais tempo do aquele que necessitam, podendo, inclusivamente, em algumas matérias ideológicas, querer acompanhar o PS. Concluiu, afirmando que a bancada do PS não considera necessário desagregar qualquer elemento, recordando que, do que se lembra, nunca tal procedimento foi adotado. -----

-----O deputado Tiago Picão frisou que o artigo 13º apenas refere a possibilidade e não a obrigatoriedade de serem constituídos os grupos municipais. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou então o apoio jurídico à Dra. Adelaide Montenegro, relativamente à interpretação do conteúdo do artigo 13º, pretendendo que se esclareça se existe alguma obrigatoriedade de serem constituídos os grupos municipais, ou seja, se a proposta apresentada pelo PS apresenta alguma irregularidade. A Dra. Adelaide Montenegro considerou que o artigo 13º traduz uma faculdade e não uma obrigatoriedade, não vislumbrando qualquer irregularidade na proposta apresentada. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, o vereador Nuno Claro referiu que, sem prescindir da opinião da Dra. Adelaide Montenegro, considera que a expressão “pode” significa que é uma opção por parte dos presidentes de junta uma vez que os mesmos não integram o grupo do PS “Ab initio”, de forma automática. Caso pretendam integrar esse grupo, terão que manifestar essa intenção, prescindindo de um período de tempo específico para poderem intervir. O vereador concluiu a sua intervenção, considerando que esta opção já deveria ter sido feita em assembleias municipais anteriores. -----

-----O deputado Luís Caridade informou então que os presidentes de junta entregarão ao presidente da assembleia municipal uma declaração onde manifestam a sua intenção de integrar o grupo municipal do PS. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade à reunião, considerando que os presidentes de junta estão integrados no grupo municipal do PS, colocando à votação, em alternativa, as duas propostas apresentadas, uma pelo PSD e outra pelo PS. A proposta apresentada pelo PSD obteve 7 votos a favor e a proposta do PS obteve 21 votos a favor, resultando daqui a aprovação da proposta apresentada pelo PS. -----

-----Relativamente ao artigo 46º, foi apresentada uma proposta comum a todos os elementos da comissão, que consiste na introdução de um novo ponto, com a seguinte redação: “Para efeitos de análise prévia, esclarecimentos ou preparação de propostas de alteração à ata da sessão ou reunião anterior, a ata deve ser enviada aos membros da assembleia, acompanhando a respetiva convocatória para a sessão ou reunião em que a ata será submetida à aprovação”. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a introdução deste novo ponto, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----De seguida, foi debatida e votada a introdução de dois novos artigos. O primeiro desses artigos foi proposto pelo BE e relaciona-se com o “Direito de Petição”, não tendo o mesmo merecido a concordância dos restantes elementos da comissão. Este artigo foi proposto com a seguinte redação: -----

-----“1 - Nos termos da Constituição e da Lei, é garantido aos cidadãos eleitores residentes no Município de Condeixa o direito de dirigir petições individuais ou coletivas à Assembleia Municipal de Condeixa. -----

-----2 - As petições dirigidas à Assembleia Municipal de Condeixa devem dizer respeito a questões de interesse para o Município e que se insiram no âmbito das competências do órgão deliberativo. -----

-----3 - As petições são dirigidas por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, devidamente assinadas pelo(s) respectivo(s) autor(es) e com a identificação dos signatários(s) que inclui, pelo menos, o nome completo, número de identificação civil e morada.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----4 - Os serviços de apoio à Assembleia Municipal, aquando da receção da petição, procedem à verificação da identificação do(s) signatário(s) e ao envio para despacho do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informando sobre a admissibilidade da mesma considerando as disposições legais e regimentais. -----

-----5. Após receção da petição, compete ao Presidente da Mesa: -----

-----a) proceder ao despacho da petição procedendo à admissão ou rejeição da mesma com base nos normativos legais aplicáveis; -----

-----b) solicitar, se necessário, o fornecimento de elementos complementares de identificação pessoal o de delimitação do objetivo da providência; -----

-----c) colocar à consideração da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa as diligências a efetuar na sequência da petição; -----

-----d) enviar a(s) autor(es) ou ao primeiro subscritor da petição o relatório produzido sobre a mesma, caso exista; -----

-----e) promover o envio de convite ao(s) autor(es) ou o primeiro subscritor, no caso de o assunto da petição ser agendado para a "Ordem do Dia" de uma Sessão da Assembleia Municipal, concedendo a(s) autor(es) ou ao primeiro subscritor o direito a utilizar 5 minutos do período do público para intervir sobre a petição e os resultados da mesma. -----

-----6 - Cabe, neste âmbito, à Comissão Consultiva de Apoio à Mesa: -----

-----a) pronunciar-se sobre as diligências a efetuar na sequência das petições admitidas; -

-----b) decidir se é ou não elaborado um relatório sobre a matéria em causa na petição, podendo, para a redação do relatório, nomear os serviços de apoio à Assembleia Municipal, um Membro da Assembleia Municipal ou uma Comissão composta por Membros da Assembleia Municipal; -----

-----c) por proposta do(s) autor(es) ou manifesta relevância do tema para o Interesse Municipal, deliberar sobre o agendamento do tema da petição para a "Ordem do Dia" numa futura Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

-----7 - Nos casos em que for produzido um relatório, nele devem constar as diligências efetuadas com vista à sua elaboração, bem como as sugestões de providências tidas por adequadas. -----

-----8 - A apreciação dos relatórios relativos às petições subscritas por pelo menos 250 cidadãos eleitores residentes no Município de Condeixa é obrigatoriamente inscrita na "Ordem do Dia" de uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

-----9 - O(s) autor(es) ou o primeiro subscritor das petições serão informados, no prazo de 30 dias a contar da data de receção da petição, da admissão ou rejeição da mesma, bem como dos procedimentos a desencadear pela Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----10 - O prazo entre a receção da petição e a decisão final sobre a mesma não deverá ultrapassar os 90 dias.” -----

-----O deputado Luís Caridade, em representação da bancada do PS, referiu que o direito de petição é uma falha do atual regimento, pelo que o partido acompanha a proposta do BE, neste aspeto. No entanto, uma vez que esta proposta surgiu posteriormente à reunião da comissão e em virtude de existirem discordâncias relativamente a alguns pontos do texto proposto, este deputado sugere que este artigo seja analisado em conjunto e apenas seja votado na próxima assembleia municipal. Este deputado considerou ainda que, em alguns pontos, este artigo vai além do previsto na Constituição da República Portuguesa. -----

-----Neste momento, a deputada Ana Maria Teixeira Mendes Filipe ausentou-se da reunião. -----

-----A deputada Sílvia Teixeira, em representação da bancada do PSD, considerou que este direito está previsto na própria Constituição da República Portuguesa, que pode ser utilizado em qualquer momento e, como tal, não necessita de estar integrado no regimento. ----

-----Nesta sequência, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o envio deste artigo para análise do departamento jurídico da autarquia, sendo a sua votação adiada para uma assembleia futura, logo que esse parecer jurídico esteja pronto. Esta proposta foi sujeita a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----No que respeita ao novo artigo relativo a “Faltas”, o PSD propôs que este artigo tenha a seguinte redação: “A falta dada a uma reunião deve ser justificada ao presidente da assembleia antes da respetiva ocorrência ou, não sendo possível por justo impedimento, na reunião seguinte àquela em que se verificou”, tendo merecido a concordância dos restantes elementos da comissão. -----

-----A deputada Sílvia Teixeira usou da palavra, para questionar como é que se soluciona a substituição de um elemento que, no próprio dia, por um motivo imprevisto, manifeste a sua indisponibilidade para comparecer à reunião, uma vez que não foi consensual a introdução de um segundo ponto que abordava a possibilidade de, aquando da justificação da falta, o elemento em falta poder indicar imediatamente, ao Presidente, o membro seguinte da lista. ----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu a esta questão, frisando que a imprevisibilidade de uma situação destas terá, como primeiro cenário, a marcação de uma falta que poderá ser justificada. Prosseguiu a sua explicação, reforçando a ideia da necessidade de alguma razoabilidade e bom senso na resolução destas situações, garantindo que nas situações excecionais o procedimento será agilizado no mais curto período de tempo possível, de modo a poder proceder à sua substituição. Finalizou a sua intervenção referindo que, decorrente da lei, é necessário proceder sempre à convocação do elemento substituto e não somente à sua indicação pelo elemento que faltou. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o novo artigo proposto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Decorrente do exposto anteriormente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a revisão do regimento, sendo posteriormente revisitado aquando da análise do artigo relativo ao “Direito de Petição”. -----

-----A deputada Sílvia Teixeira leu então uma declaração de voto da bancada do PSD, que será apensa a esta ata, sendo parte integrante da mesma. -----

-----4.2. Eleição de um membro da Assembleia Municipal (Autarca de Freguesia) para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos elementos presentes a possibilidade de a votação ser efetuada por voto direto, com o braço no ar, exceto nas deliberações que envolvam a avaliação de comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa, em que deverá ser efetuado por escrutínio secreto, conforme determina a lei, propondo igualmente que seja este o procedimento adotado nas votações dos pontos 4.2 a 4.9 da ordem de trabalhos desta reunião. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----No cumprimento deste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma proposta a apresentar, tendo a deputada Marília Torres, em nome da bancada do PS, proposto o deputado Rodolfo Daniel Alves Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Ega).-----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com 24 votos a favor e 3 abstenções. -----

-----4.3. Designação até dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de acordo com o Decreto-Lei nº 82/2021 de 13/10. (alínea b) nº 3, artigo 29º). -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos elementos desta Assembleia se havia alguma proposta a apresentar, tendo o deputado Tiago Picão, em nome da bancada do PS, proposto os deputados Jorge Manuel Lucas de Almeida (Presidente da União das Freguesias de Vila Seca e Bendafé) e Raúl Manuel Lopes Amado de Oliveira (Presidente da União das Freguesias de Sebal e Belide). -----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com 20 votos a favor e 7 abstenções. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----**4.4. Designação de um membro da Assembleia Municipal (Autarca de Freguesia) para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, na atual redação.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou os elementos presentes relativamente à existência de alguma proposta, tendo o deputado Diogo Costa, em nome da bancada do PS, proposto o deputado Paulo Jorge da Silva Simões (Presidente da União das Freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha).-----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com 20 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----**4.5. Designação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea n), do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, em virtude desta designação envolver a idoneidade das pessoas propostas, a votação será efetuada por voto secreto.-----

-----De seguida, Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se existia alguma proposta a apresentar, tendo as bancadas do PS e do PSD efetuado uma proposta conjunta, indicando os cidadãos Francisco Corte Real e Carlos Manuel Rebelo Carecho.-----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----**4.6. Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.**-----

-----Neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma proposta a apresentar, tendo o deputado Luís Caridade, em nome da bancada do PS, proposto o deputado Vítor Luís Donário Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Zambujal).-----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com 21 votos a favor e 6 abstenções.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----**4.7. Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego, nos termos da alínea b) do artigo 31º, do Dec. Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se existia alguma proposta a apresentar, tendo a bancada do PSD proposto a deputada Maria Alice Marques Silvério.-----

-----Esta proposta foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada com 26 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----**4.8. Designação de um elemento de cada partido político com assento na Assembleia Municipal, para integrar a Comissão de Toponímia, nos termos da alínea a), do artigo 11º do Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Edifícios do Município de Condeixa-a-Nova.**-----

-----Dando cumprimento a este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que os elementos eleitos pelos partidos com representação uninominal - CDU, BE e Chega - integrarão, obviamente, esta comissão. O deputado Diogo Costa, em nome da bancada do PS, propôs o deputado Albano José Simões Leandro para integrar a comissão, enquanto que a bancada do PSD propôs o deputado José Luís Sousa Rebelo.-----

-----A proposta conjunta, integrando os elementos indicados anteriormente, foi colocada à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. --

-----**4.9. Substituição do cidadão José Matos Caridade Fernandes na Comissão Alargada da CCPJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**-----

-----Neste ponto da ordem de trabalhos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ter recebido, da bancada do PSD, uma proposta com a indicação do cidadão Carlos Mário da Silva Machado.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma outra proposta a apresentar, tendo a deputada Marília Torres, em nome da bancada do PS, proposto o cidadão André Braga de Oliveira Costa.-----

-----De seguida, Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, em alternativa, as duas propostas apresentadas, uma pelo PSD e outra pelo PS. A proposta apresentada pelo PSD obteve 9 votos a favor e a proposta do PS obteve 18 votos a favor, resultando daqui a aprovação da proposta apresentada pelo PS.-----

-----**4.10. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2021.**-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Dando cumprimento a este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu sucintamente os principais aspetos acerca das necessidades do Município em contratar pessoal qualificado para diversas áreas, nomeadamente um técnico superior de Filosofia e um técnico superior de Antropologia, que serão direcionados para o museu PO.RO.S, uma vez que, para este museu funcionar ao fim de semana, necessita de pelo menos 6 ou 7 pessoas em permanência, tendo, para esse efeito, sido aberta esta bolsa de recrutamento, aprovado por maioria na Câmara Municipal. -----

-----O deputado Nuno Gaspar usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente às razões da escolha destes currículos e quais as necessidades que estes funcionários vêm suprir, questionando igualmente quais as necessidades futuras em termos de contratação de pessoal. Finalizou a sua intervenção, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que revele o valor relativo ao aumento da despesa do município associado a estas contratações. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal justificou novamente a necessidade destas contratações, salientando que já trabalham em regime de prestação de serviços e recebem remuneração, pelo que irão trabalhar para o local onde, na prática, já se encontram, ou seja, Museu PO.RO.S, Casa-Museu Fernando Namora, Casa dos Arcos e Galeria Manuel Filipe. Em termos do aumento da despesa, estas contratações implicam, na prática, o acréscimo relacionado com apenas mais um técnico superior, cerca de 24 mil euros/ano. -----

-----De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada com 7 votos contra, 3 abstenções e 17 votos a favor. --

-----4.11. **Apreciação e votação da Modificação dos Documentos Previsionais – 5ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.** -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para explicar que esta proposta está relacionada com a recuperação da Fábrica de Cerâmica, que terá uma despesa de capital de 1 milhão e 600 mil euros. Dado a só ter começado esta semana, foi necessário haver um ajuste de 1 milhão de euros do lado da despesa e da receita, a que se juntam mais algumas obras. Trata-se, portanto, de um ajustamento do orçamento à realidade do que foi executado: do lado da receita são os fundos comunitários, do lado da despesa são as obras, enquanto que as despesas correntes estão relacionadas com a área dos recursos humanos, uma vez que existem vários lugares que não foram ocupados, como por exemplo, um técnico de economia para o gabinete de auditoria interna e um técnico de Línguas para o Museu PO.RO.S/Turismo, entre outros em diversas áreas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal concluiu a sua explicação, reforçando que se trata essencialmente de um ajuste contabilístico.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----O deputado Nuno Gaspar interveio, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal se esta correção é suficiente para que sejam cumpridos os limites da taxa de execução orçamental ou se o Município irá novamente incumprir neste ano, como já se sucedeu em anos anteriores.-----

-----Em resposta a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que considera que esta proposta será suficiente para a execução da receita. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada com 19 votos a favor e 8 abstenções.-----

-----4.12. **Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais 2022-2026.** -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal descreveu sucintamente os aspetos mais relevantes do orçamento proposto, realçando os principais investimentos que a Câmara prevê realizar, solicitando a intervenção complementar do Dr. Sérgio Fernandes, Chefe da Divisão de Gestão Financeira da Câmara, na apresentação e esclarecimento dos diversos aspetos desta proposta.-----

-----O Dr. Sérgio iniciou a sua intervenção, dando uma explicação sobre as demonstrações previsionais de 2022 a 2026, informando que a elaboração dos documentos previsionais respeitou as regras e princípios orçamentais legalmente consagrados. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que a elaboração destes documentos esteve assente em incertezas, quer derivadas da crise pandémica, quer derivadas da crise política de não aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2022, que teve um impacto nas demonstrações previsionais em menos 117 mil euros. Por outro lado, a crise energética e dos combustíveis, com flutuações no seu preço, terá implicações negativas, em virtude do peso destas rubricas no orçamento. Acrescentou que a crise das matérias-primas e do transporte marítimo pode originar atrasos na execução das obras, com um reflexo posterior na execução orçamental.-----

-----O Chefe da Divisão Financeira referiu que a quantificação dos impostos municipais teve por base as taxas definidas em Assembleia Municipal de setembro para as taxas de IMI, em que foi fixada a taxa mínima de 0.3%, quando a taxa máxima legal é 0.45%, assim como a aplicação de um desconto no pagamento do IMI para famílias com dependentes (20, 40 e 70 euros, consoante o número de dependentes, 1, 2, 3 ou mais, respetivamente). Estes benefícios totalizaram cerca de 841 mil euros que o Município deixa de encaixar na sua receita. -----

-----No que se refere à derrama para as empresas que tenham volume de negócios superior a 150 mil euros, foi fixada a taxa de 1%, quando a taxa máxima legal é de 1.5%, e foi decidida a isenção para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150 mil euros. ----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Relativamente às transferências inscritas no orçamento da receita, as mesmas observaram, por um lado, os valores inscritos na Lei de Orçamento de Estado para 2021. Relativamente à participação variável no IRS e de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de setembro, os cálculos foram feitos com base em 5%. A receita de vendas de imóveis respeitou as regras previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2021, sendo igual à média aritmética simples dos últimos 36 meses. Os impostos, taxas, tarifas de empréstimos respeitaram as regras provisionais instituídas no POCAL, uma vez que este normativo contabilístico não foi revogado na sua íntegra. -----

-----Em relação à previsão de fundos comunitários nas GOP 's, já existe algum reflexo dos mesmos, bem como do Plano de Recuperação e Resiliência, que irá financiar as obras do Museu Monográfico de Conimbriga com uma verba de cerca de 5,3 milhões de euros. -----

-----No que diz respeito aos programas Portugal2020 e POSEUR, o Dr. Sérgio mencionou alguns exemplos de investimentos que irão ser financiados: a ampliação da zona industrial ligeira, a reabilitação da fábrica de cerâmica, a beneficiação da rede de saneamento Presa e Relves e intervenções que visam mitigar as alterações climáticas.-----

-----Relativamente aos subsídios derivados das candidaturas, os mesmos totalizam um investimento de cerca de 13,8 milhões de euros, prevendo-se para este volume de investimentos uma receita de 10,8 milhões de euros. As obras de investimento, como por exemplo os passadiços e o saneamento em várias localidades, totalizam 8,2 milhões de euros, que estão aprovadas e a maior parte delas encontra-se em execução. Existem ainda outras candidaturas que neste momento estão a aguardar a respetiva autorização, totalizando um investimento de 4,8 milhões de euros, nas quais se integram, por exemplo, as obras na zona industrial ligeira e a ligação PO.RO.S – Conímbriga em modos suaves.-----

-----Em relação ao Direito de Oposição, participaram nas reuniões os partidos Chega, CDU e Bloco de Esquerda, sendo que o orçamento total para 2022 totaliza 20 535 833 euros, apresentando um acréscimo face ao orçamento transato de cerca de 1,3 milhões de euros. -----

-----A regra do equilíbrio orçamental determina que o saldo corrente, isto é, a diferença das receitas correntes e das despesas correntes, tem que gerar o valor suficiente para alocar as amortizações médias dos empréstimos. Neste caso, essa regra é cumprida, gerando um saldo líquido de 18.500 euros. -----

-----A receita totaliza 20,5 milhões de euros, sendo que 14,2 milhões de euros provêm de receita corrente e 6,3 milhões de despesa de capital. Contribuem significativamente para a formação do total das receitas as transferências provenientes da administração central, com 6,8 milhões de euros, a venda de bens e serviços correntes, com cerca de 3,5 milhões euros e as transferências de capital, com 3,5 milhões de euros. Na venda de bens de serviço destaca-



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

se o fornecimento de água, com 1,3 milhões, o saneamento e resíduos, com cerca de 1,5 milhões e as refeições escolares, com 267 mil euros. -----

-----Analisando a receita numa ótica fiscal e não fiscal, foi referido que, dos 20,5 milhões euros, a receita fiscal representa 3 milhões de euros e a receita não fiscal 17,4 milhões. Em relação às receitas fiscais, são constituídas pelo IMI, com 1,5 milhões, o IUC, o IMT e a Derrama a taxas fixadas. -----

-----Quanto às transferências provenientes da administração central, na ótica corrente o FEF corrente com 3,9 milhões de euros, nas competências da educação com 1,160 milhões, na participação fixa de IRS com 837 mil euros. As transferências de capital representam 3,4 milhões, sendo que o seu maior valor vai para as participações comunitárias, com 2,6 milhões de euros e o FEF com 433 mil euros. -----

-----Na ótica da despesa corrente, a mesma totaliza praticamente 14 milhões de euros, enquanto que a despesa de capital é de 6,5 milhões. Analisando a despesa corrente, grande parte do valor é destinada à aquisição de bens e serviços, com 6,4 milhões de euros e a despesa pessoal com 6,2 milhões de euros. Para visualizar as outras despesas correntes poderá ser consultado o anexo das Demonstrações Previsionais 2022-2026. Para verificação e análise das GOP'S 2022-2026, poderá ser consultado o anexo das Demonstrações Previsionais 2022 -2026. -----

-----Após esta exposição, a deputada Diana Santos interveio, manifestando a intenção de, antes de discutir este ponto, clarificar a propósito do parágrafo que acrescentaram à nova versão do relatório, no ponto 2.5 – que diz respeito ao direito de oposição. Prosseguiu, frisando que a Comissão Política do Partido Social Democrata agradece a convocatória da reunião para o cumprimento formal do direito de oposição, lamentando que o cumprimento desta formalidade não seja suficiente para o exercício do verdadeiro direito de oposição, uma vez que considera não fazer sentido ouvir o PSD acerca de documentos sobre o orçamento e as GOP que já tinham sido enviados para discussão na Câmara. Confirmou a ausência do PSD, tendo em tempo oportuno justificado a sua ausência, já que consideram que esta atitude é uma declaração onde se rejeita qualquer contributo da parte do PSD, frisando que o timing com que foi feito e a forma como foi gerida impediu este partido de participar de legítimo direito no processo de decisão democrática. Neste sentido, solicitou que, na próxima apreciação do orçamento e das GOP os documentos lhes sejam remetidos com a devida antecedência e sempre antes do envio aos Senhores Vereadores. -----

-----Esta deputada prosseguiu a sua intervenção, considerando não fazer sentido que alguém que queira realmente o contributo de todas as forças políticas apresente agora realmente a inclusão das propostas feitas pelos outros partidos. Nesta sequência, a deputada realçou que as propostas do BE e do PCP foram incluídas com uma expressão insignificante,



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

que resultou numa inscrição de 1€ para cada uma das propostas, com o objetivo de apenas para manter a rúbrica aberta, sem previsão de gastos, concluindo que é este o valor e é esta a importância que o executivo deu àquelas que designou por propostas construtivas.-----

-----De seguida, apresentou algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcrevem integralmente: -----

-----“O orçamentado para as freguesias está num valor de 120.000€. É um valor global. Gostava de perguntar se cada Presidente sabe quanto desse bolo geral cabe à sua freguesia.

-----Lavagem de contentores do lixo, porque é que só se prevê 1 €? -----

-----Quanto ao Projeto Life Payt, onde estão as verbas para o alargamento geral? Em 2022 não há nada de novo para se tratar? Note-se que em 2026 deve ser a data limite para passarmos ao nível seguinte.” -----

-----O Deputado Nuno Gaspar iniciou a sua intervenção, solicitando que a documentação seja entregue com algum tempo de antecedência para atempadamente ser feita uma melhor análise. De seguida, formulou algumas considerações/questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcrevem integralmente: -----

-----“Relativamente às GOP’S e ao orçamento, começando pelo eixo um da coesão social, vemos um aumento na despesa de cerca de 300 mil euros, maioritariamente àquilo que são as despesas inerentes do processo da assunção da responsabilidade na área da educação. Havendo mesmo uma redução ou um desinvestimento, ou o que quiserem chamar, na parte que diz respeito diretamente à ação social na ordem dos 16 mil euros, ou seja, o executivo prevê gastar menos 16 mil euros em 2022 comparativamente a 2021 na ação social. Eu queria saber porquê esta esta redução, ainda mais no tempo em que vivemos de grande dificuldade para as famílias, não só do país, mas daqui o que importa mais são as de Condeixa.-----

-----Em relação ao eixo 3, coesão territorial temos um desinvestimento na ordem dos 600 mil euros ao prevê gastar menos de 600 mil euros. Saltando logo à partida uma coisa à vista, que é uma redução de cerca de 53 mil euros para aquilo que seria o apoio direto às juntas de freguesia. Não sei se os senhores Presidentes viram isto e se estão satisfeitos com esta decisão do executivo do Senhor Presidente. -----

-----Relativamente aos custos com pessoal, que está previsto um aumento 30% nos custos com pessoal da Câmara Municipal. Estamos a falar de um valor de 384 mil euros que se prevê gastar mais em pessoal durante o ano de 2022. O PSD não é absolutamente nada contra a contratação de novos colaboradores. Aliás, já o referimos aqui várias vezes, já falámos em várias Assembleias no passado. O Próprio Presidente do executivo assume a necessidade de contratar mais pessoas para a Câmara Municipal, em áreas como, calceteiro, electricista, canalizador, jardineiro, etc. E nós acompanhamos perfeitamente essa dificuldade.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

No entanto, quando olhamos para o novo mapa de pessoal que vai ser certamente aprovado no próximo ponto, reparamos que onde é que vão ser gastos estes 400 mil euros, em quadros médios, quadros superiores, dirigentes, etc. Ou seja, grosso modo, pessoas para estarem sentadas no gabinete, e continuando sem ter os eletricitas, os pedreiros, calceteiro, jardineiro, etc. Senhor Presidente, vamos continuar para ser deficitários nesta área e quando nós nos queixarmos ou algum município que vier aqui queixar-se que a sua rua não foi limpa, árvore não foi podada que não há calçada, temos um buraco na estrada, vamos continuar a dizer, pois não temos Calceteiro. -----

-----Relativamente ao Gabinete Técnico Florestal, Senhor Presidente, está ou não formalmente constituído, o gabinete? Se está constituído porque é que não tem previsto a receita nesta rubrica, que saía naturalmente proveniente da administração central? Se não está constituído, o que é que falta, e por mais quanto tempo vamos arrastar essa questão ou porque é que estamos a arrastar essa questão? -----

-----Reparei também no orçamento uma contribuição que eu não sabia o que era e fui pesquisar que é uma contribuição para o SAMS. Senhor Presidente, só queria que explicasse porque é que temos na Câmara Municipal uma contribuição para um subsistema de saúde de um banco? Não faz sentido. Certamente saberá explicar. -----

-----Ainda também relativamente às freguesias, porque é que nas GOP'S, a transferência de capital para a junta, ou seja, dinheiro para fazer obras, é apenas de 1 euro. Os Presidentes de junta não lhe fizeram chegar previsões de obras ou foi a Câmara que decidiu não inscrever valor nesta rubrica? -----

-----Em relação à construção da nova ponte da Ribeira, relembro que este projeto vem nas GOP'S inscrito desde 2006. E desde 2006 tem vindo a ser adiado, ano após ano, o investimento só está previsto para 2023, mas será desta vez? -----

-----Relativamente ao nó da Faia, a primeira fase do projeto de execução, já se gastaram 47 mil euros, e ainda tem previsto gastar mais de 56 mil, nada contra o projeto do nó da Faia, mas nós temos estradas municipais com um investimento previsto apenas em 2025, a prioridade é O Nó da Faia ao invés das estradas municipais?-----

-----No Parque Verde a construção de uma casa de banho é algo que é amplamente pedida por todos aqueles que usufruem deste espaço, tem sido prometido ano após ano, mas mesmo assim continuamos sem concretizar esta obra, não é prioritário, mesmo tendo todos os pedidos para que esta obra se faça? -----

-----No apoio ao grupo de intervenção permanente, li nos jornais que estava prevista a criação de uma segunda equipa de intervenção permanente. Recordo-me que o senhor Presidente, inclusive, prometeu aos bombeiros um financiamento para essa segunda equipa, nas GOP 's só está previsto o financiamento para uma das equipas. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Reabilitação da frente Ribeirinha desconhecendo o projeto queria perceber o que é sendo que já custou 20 mil euros e poderá custar mais? -----

-----Nos Bio resíduos com valor queria perguntar que equipamentos são estes especificamente? Um bocadinho de humor, Senhor Presidente, vai me desculpar, mas veterinário é aqui que incluímos o valor das mastectomias caninas? -----

-----Relativamente ao pacto da economia circular. Algo que também me diz muito. Eu continuo sem conseguir perceber em que é que isto vai culminar, eu gostava de culminassem alguma coisa boa para o concelho, e gostava que explicasse também um bocadinho sobre isso. -----

-----O Doutor Sérgio falou nos serviços da ESSE, gostava que me explicassem melhor, porque eu fiquei com a ideia quando este projeto foi apresentado, ia ser gratuito para o município, pelo menos foi assim que me foi apresentado. -----

-----Orçamento participativo, fiquei contente com a inclusão finalmente das verbas necessárias no orçamento para a concretização de projetos já muito prometidos e que já deviam ter feitos. Espero que seja realmente este ano de 2022 que vai ser cumprido.

-----Relativamente ao pavilhão multiusos já não vai ser feito? É que a verba desapareceu do orçamento tem agora 1 EUR. -----

-----Falou-se também na construção de um campo de pádel, não vi no orçamento nenhuma linha relativamente a este investimento. -----

-----Das festas de Santa Cristina, reparei que deixou de haver o Vislumbre, vai abandonar o evento? Vai concretizar algo que já nos disse também aqui em Assembleia e que seria outra forma de fazer o evento, financiar? -----

-----Condeixa Smart City, investimentos só para 2023? Eu sei que o Dr. Sérgio disse, falou que havia outros investimentos noutras rubricas que não estavam diretamente nesta, mas que já se estavam a implementar como a questão dos leds, etc. Agora, especificamente para o projeto, só se prevê investimento para 2023? -----

-----A deputada Sílvia Teixeira faz a sua análise sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, onde está englobada a componente da habitação, estando prevista a despesa de 1 euro nesta matéria, pelo que questiona se vai ser realizado no próximo ano, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara Municipal anunciou um valor aproximado de 2 milhões de euros nesta matéria. -----

-----O deputado Eduardo Alcouce interveio, referindo que iria apresentar os seus comentários em duas variáveis: na variável técnica, sendo as contas reconhecidas por um técnico oficial de contas, não iria discutir a sua competência e responsabilidade; na variável política, este deputado considerou que a estratégia adotada faz que as opções de desenvolvimento seguidas provoquem a estagnação do Concelho, com as dificuldades para o



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

desenvolvimento económico local, a qualidade educativa não se altere, os problemas ambientais graves não se resolvam, serviços básicos se deterioreem e sejam mais onerosos em breve.-----

-----Prosseguiu, considerando que o potencial turístico não será maximizado nem alavancado com esta estratégia, para os recursos existentes o retorno é baixo tendo em conta a disponibilidade e potencial existente no concelho. O turismo assume um valor de investimento significativo, mas de retorno duvidoso, não sendo usado com racionalidade e retorno.-----

-----Deu seguimento à sua intervenção, referindo que a sociedade do concelho necessita de estímulos e dotação orçamental para que existam mais ofertas educativas, emprego, uma vez que o envelhecimento será uma realidade e necessita de especial atenção que, frisa, não encontra eco neste orçamento. Considera que a saúde é um parente pobre nas opções, necessita de ser uma prioridade, enquanto que o ambiente e ecologia não recebe qualquer referência ao estímulo orçamental, referindo que a estratégia de grandes obras na sua maioria irá ter impacto no ano de 2024. Concluiu a sua intervenção referindo que cada euro gasto deve contribuir para um equilíbrio financeiro e conseqüente retorno.-----

-----O deputado Miguel Pessoa lembrou que todas as pessoas que tomam a palavra nesta Assembleia, obtiveram pelo menos cerca de 500 votos. Deste modo, frisou que sempre usará da palavra com muito gosto, procurando não diminuir as mais diversas propostas apresentadas. Concluiu, reforçando que considera um incentivo para os mais velhos ver que os mais novos tomam a palavra, mas nunca estará nesta Assembleia para diminuir as propostas de outros elementos.-----

-----O Deputado José Luís Rebelo, que assistia à sessão por videoconferência, tentou intervir, mas devido a dificuldades técnicas não foi possível ouvir as suas declarações.-----

-----Após as diversas intervenções, relatadas anteriormente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às considerações/questões apresentadas.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada Diana Santos, o Sr. Presidente da Câmara mostrou o seu descontentamento nas questões relacionadas com o orçamento e com o direito de oposição, esclarecendo que o PSD teve tempo suficiente para analisar toda a documentação, considerando que esta atitude é apenas um reflexo de quem não tem qualquer ideia para apresentar. Em relação aos valores para as juntas de freguesia, recordou que existe um acordo de execução em prática, que divide o valor de 100 mil euros por todas as freguesias, fazendo depender o valor a receber por cada freguesia dos quilómetros de estrada que depois necessitam de limpeza, dependendo igualmente das escolas. Reforçou a ideia de



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

que este documento é público, sendo passível de consulta, pelo que todos os presidentes das juntas de freguesia sabem o que têm a receber. -----

-----No que se refere ao Life Payt, tal como todas as rubricas que foram sinalizadas com euro e que envolvam fundos comunitários, como é o caso da estratégia local de habitação, que já está aprovada pelo IHRU, a Câmara encontra-se a aguardar pela disponibilização da receita. Prosseguiu a sua intervenção explicando que não se consegue colocar receita potencial do lado da receita, o que implica que estas rubricas sejam sinalizadas com 1 euro, exceção feita ao caso dos contentores do lixo, uma vez que a limpeza do lixo é feita através de um contrato de prestação de serviços que o município estabeleceu com a SUMA. Assim, neste caso, esta rubrica está aberta com 1 euro para prevenir alguma eventualidade que não conste desse contrato com a SUMA, como por exemplo, a necessidade de a Câmara intervir na manutenção de algum contentor. -----

-----No âmbito da intervenção do deputado Nuno Gaspar e no que respeita à ação social, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que seria desejável não existir qualquer dotação nesta rúbrica, pois significava que nenhum munícipe necessitava do apoio da Câmara Municipal, do plano de emergência social ou da entrega de cabazes. Realçou que, ao contrário do que referiu o deputado Nuno Gaspar, não existem sinais de aumento da procura da ação social da Câmara Municipal, frisando que a Ação Social não é apenas a rubrica com essa designação, uma vez que a Autarquia oferece livros aos alunos do concelho, apoia o comércio, numa lógica de ajuda financeira às famílias, referindo ainda que a Câmara não sente necessidade de aumentar a dotação desta rubrica. -----

-----No que respeita às transferências de capital, recordou que existem os contratos de execução e acordos pontuais para casos administrativos, como são exemplo as obras no cemitério de Condeixa a Velha e no cemitério da Anobra, que estão sinalizadas. O executivo da Câmara fará os possíveis para iniciar os procedimentos ainda este ano, integrando, por conseguinte, o orçamento. -----

-----Em relação ao Gabinete Técnico Florestal informou que está uma candidatura a decorrer, enquanto que a construção da nova ponte da Ribeira continua sinalizada, sendo objetivo do executivo realizar essa obra. -----

-----No que respeita ao nó da Faia, o mesmo é uma obra da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e não da Câmara Municipal. Informou ainda que existe um acordo desde 2009, tendo o município pago o projeto, estando agora do lado das Infraestruturas de Portugal a responsabilidade pelo seu prosseguimento. -----

-----Relativamente às casas de banho no Parque Verde, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que em 2013 não existia o Museu PO.RO.S, nem casas de banho próximas. No entanto, com a construção deste museu, atualmente existem casas de banho nas suas



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

instalações. Informou que já se tentou resolver a situação, construindo um centro de BTT com casas de banho, que seria financiado, mas que não se obteve o sucesso esperado, sendo intenção do executivo da Câmara a resolução desta situação.-----

-----No que diz respeito à segunda equipa de intervenção direta dos bombeiros, ainda está em estudo essa proposta, que, no entanto, não depende exclusivamente do financiamento da Câmara.-----

-----Em relação à eficiência energética já faz parte da economia circular e abriu-se esta rubrica para integrar um conjunto de iniciativas, solicitando a apresentação de ideias dentro deste âmbito.-----

-----Relativamente ao orçamento participativo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que continuam a ser resolvidas algumas situações do passado, mas, entretanto, outras já foram solucionadas, nomeadamente o parque infantil em Condeixa, a igreja da Ega, entre outros.-----

-----No que respeita ao Paddel, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que existe um investidor privado que pretende criar uma academia em Condeixa.-----

-----Na sequência da intervenção da deputada Sílvia Teixeira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o contrato já foi assinado e que o IHRU já deu autorização, pelo que se aguarda pela informação relativa ao valor do montante atribuído. De seguida, fez um esclarecimento sobre o Vislumbre do Império, garantindo que é para continuar a ser realizado e que futuramente poderá surgir uma parceria com a CIM.-----

-----Em resposta à intervenção do deputado Eduardo Alcouce, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que, relativamente ao turismo, aumentou o valor da rubrica, dando alguns exemplos como os passadiços, as muralhas de Conímbriga, entre outros, estando também a aguardar fundos comunitários para avançar com as obras previamente sinalizadas. Quanto à questão do desemprego, referiu que é possível consultar os dados do Instituto Nacional de Estatística, assegurando que Condeixa continua com uma taxa baixíssima.-----

-----O deputado José Rebelo pode então realizar a sua intervenção, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o motivo pelo qual as obras de recuperação das piscinas da Ega não integram as GOP.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu a esta questão, referindo que, até ao momento, a situação ainda não estava regularizada a nível legal, sendo esse o motivo justificativo para não estar previsto nas GOP. No entanto, assegurou que, logo que a situação esteja legalizada, nada impede que se acrescente uma rubrica nas rubricas gerais, para a realização destas obras de recuperação das piscinas da Ega, com o intuito de as transformar em piscinas municipais.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----A deputada Helena Diogo interveio, considerando que o orçamento e as grandes opções do plano, apresentados pelo executivo Municipal é um plano financeiro estrategicamente alinhado com o programa eleitoral, que foi sufragado pelos eleitores em setembro deste ano. Estes documentos compreendem a previsão de receitas e despesas para o próximo ano e apoiarão a tomada das melhores decisões. A proposta de orçamento do município de Condeixa-a-Nova para 2022 tem em conta o cumprimento de um conjunto de preceitos indicadores legais visualizados no primeiro slide que o Dr Sérgio nos apresentou. Nenhum fundo comunitário, desde que não esteja já assinado o devido contrato entre a entidade que representa o Estado e as câmaras municipais, ou também entidades privadas. Só a partir do momento em que existe um contrato assinado, o projeto aprovado, contrato assinado é que essas verbas podem estar de facto e devem estar inscritas no orçamento. Não se pode inscrever no orçamento de uma Câmara Municipal hoje em dia nada, com base num pressuposto. Ou seja, enquanto todo esse processo legal, não estiver concluído e tudo legalizado até que possam ser feitas efetivamente a obra nada disso pode constar como uma rubrica autónoma depois disso será resolvido essa situação. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo que este orçamento e estas GOP 's foram construídas e pensadas com um conjunto de dúvidas de natureza nacional e Internacional. Das quais se destaca o facto de não haver orçamento geral do Estado aprovado. O que influencia decisivamente a verba a colocar quanto ao FEF. Pelo princípio da prudência determinante nestes documentos, foi colocado um valor igual ao que receberam em 2001. Outras incertezas que pairam sobre este orçamento é o aumento muito significativo dos custos da energia, combustíveis e mesmo matérias-primas. Exemplificando com a falta dos chips, aço inclusivamente para fazer ferro para construção civil e falta muitas outras coisas. Há muita falta de matéria. -----

-----Esta deputada refere que o benefício que a autarquia concede às famílias pela redução das taxas municipais, associada a impostos, assim como às empresas ao não cobrar as taxas máximas de derrama perdendo por isso verba e receita, mas optando antes por um escalonamento das taxas face aos valores de negócios. É de salientar também a natureza da receita fiscal ser apenas de 15% sobre o volume total da receita. A alta taxa de aprovação de projetos, que no plano estão já a decorrer com contrato assinado ou aqueles que estão a começar, mas cujo contrato já foi assinado, é determinante a alta taxa de aprovação de projeto. Realçando as que estão associadas a todo o património histórico Romano, a fábrica da cerâmica, as beneficiações das redes de saneamento, água, outras no ambiente, a ampliação da zona industrial ligeira. Dando algumas sugestões: um bom sistema de drenagem de águas pluviais e de saneamento. Que possa permitir também resolver 2 ou 3 situações pontuais, uma nova ETAR adequadamente dimensionada e tecnologicamente eficiente para fazer face a toda



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

a área final após alargamento de asilo. A ETAR não está neste projeto porque são fundos comunitários pelo que terá de ser um novo projeto de financiamento.-----

-----Detalhando alguns aspetos das GOP 's, a continuação dos apoios às famílias mais vulneráveis, nomeadamente através do programa da emergência social. A quantidade de pessoas que foram excepcionalmente apoiadas durante o último ano, pessoas que habitualmente não têm necessidade de apoios sociais, o ano passado foi muito significativo com a pandemia. -----

-----Na questão do desporto, as suas verbas devem ter uma parcimoniosa distribuição entre as diversas modalidades desportivas. -----

-----A deputada Helena Diogo finalizou a sua intervenção afirmando que este é um orçamento que continuará a apoiar as famílias, as empresas, as associações do nosso Concelho, concentrando-se nas áreas estratégicas que o que o executivo definiu. A bancada do Partido Socialista considera que o documento das grandes opções do plano e orçamento para 2022 da Câmara Municipal de Condeixa evidencia uma posição equilibrada e realista, respeitando as regras indicadores legalmente impostos, mas também potenciar um futuro melhor para o Concelho.-----

-----Na sequência do anteriormente exposto, a deputada Helena Diogo apresentou o voto de confiança da bancada do PS a favor do orçamento e das GOP para 2022. -----

-----Após estas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as Demonstrações Previsionais de 2022-2026, tendo as mesmas sido aprovadas, com 7 votos contra, 1 abstenção e 19 votos a favor. -----

-----Concluída a votação, o deputado Nuno Gaspar usou da palavra para apresentar à assembleia uma declaração de voto da bancada do PSD, que se encontra apenas a esta ata, sendo parte integrante da mesma.-----

-----4.13. **Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, para o ano de 2022.**-----

-----No cumprimento deste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara efetuou alguns esclarecimentos sobre a necessidade de reestruturação orgânica da Câmara Municipal, referindo ser necessário o recrutamento de pessoal para adaptação às novas competências da Câmara, o que obriga à abertura de novos concursos, tendo apresentado a garantia que o aumento dos custos com pessoal não será de 384 mil euros. -----

-----Não existindo outros pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova para o ano de 2022, tendo obtido 8 votos contra, 1 abstenção, 18 a favor. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----Após esta votação, a deputada Diana Santos usou da palavra para apresentar à assembleia uma declaração de voto da bancada do PSD, que se encontra apenas a esta ata, sendo parte integrante da mesma.-----

-----4.14. Apreciação e votação da fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal. [artigo 17º, da Lei nº 29/87 de 30 de junho].-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, apesar de derivarem de um imperativo legal, destacou negativamente a discrepância que existe entre os valores relativos aos membros da Câmara Municipal e aos membros da Assembleia Municipal, considerando-a desproporcional.-----

-----De seguida, uma vez que não houve qualquer pedido de intervenção, esta proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----4.15. Apreciação e votação da fixação da Taxa de Direito de Passagem (TMDP), para o ano de 2022.-----

-----Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que a taxa é de 0.25%.-----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----4.16. Apreciação e Votação da Proposta para nomeação do Revisor Oficial de Contas [artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro].-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se trata de um contrato de 3 anos com um Revisor Oficial de Contas, que é obrigatório por lei.-----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada com 8 abstenções e 19 votos a favor.-----

-----4.17. Conhecimento da listagem dos contratos plurianuais celebrados entre o dia 11 de setembro e 9 de dezembro de 2021, nos termos do nº 4 do artigo 6º das Normas de Execução Orçamental.-----

-----Neste ponto da ordem de trabalhos não houve qualquer pedido de intervenção. Tratando-se apenas de uma tomada de conhecimento, não houve votação.-----

-----4.18. Apreciação e votação da proposta de redução do valor mensal da renda das bancas e bloco de bancas no Mercado Municipal;-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao vereador António Ferreira que desse uma breve explicação sobre a redução do valor das rendas de bancas e blocos de bancas do Mercado Municipal. -----

-----Nessa sequência o vereador António Ferreira, pediu autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para, na sua intervenção, efetuar breves esclarecimentos aos assuntos tratados neste ponto da ordem de trabalhos e no seguinte. Assim, em relação às bancas e blocos de bancas, esclareceu que o valor será o mesmo dos anos anteriores devido não só à situação pandémica, mas também devido ao atraso registado nas obras derivado da falta de material. Prosseguiu a sua intervenção, colocando à consideração desta Assembleia a renovação das reduções do terrado, assim como os 40% nas bancas e blocos de bancas, devido aos motivos referidos anteriormente. -----

-----Uma vez que não se registou qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----4.19. Apreciação e votação da proposta de redução de valores a cobrar pela ocupação de terrado no Mercado Municipal;-----

-----Neste ponto da ordem de trabalhos, não houve qualquer pedido de intervenção. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----4.20. Apreciação e votação da proposta de recomendação para ações de formação suporte básico de vida (SBV) aos colaboradores do Município de Condeixa-a-Nova.

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que o deputado Luís Miguel Manaia Caridade fez chegar uma proposta de reforço da sensibilização e ações de formação de suporte básico de vida aos colaboradores do município de Condeixa, tendo feito uma breve contextualização dos motivos que levaram este deputado e munícipe a apresentar esta proposta. -----

-----A vereadora Ana Manaia usou da palavra para informar que foi realizado um levantamento nas escolas relativamente às necessidades de formação, tido sido realçada a necessidade e importância da realização desta formação pelos funcionários das escolas. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, com base na proposta do orçamento participativo elaborada pelo munícipe Tiago Picão, foram adquiridos equipamentos junto de uma empresa, sendo necessário a realização de formação pela mesma para o município possa efetivamente receber os equipamentos. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal

-----A deputada Gisela Almeida interveio, reforçando a importância da formação em suporte básico de vida, tendo a deputada Laurinda Pereira mencionado que a Santa Casa da Misericórdia de Condeixa deu formação ao pessoal auxiliar de educação educativa sobre suporte básico de vida na primeira infância. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir a importância destes equipamentos que se podem constituir como um verdadeiro mecanismo de auxílio para salvar vidas, colocando esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----4.21. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº 2, da alínea c), do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

-----Neste último ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou os membros da Assembleia Municipal se existia alguma questão relacionada com a apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para agradecer aos membros da Assembleia Municipal e aos dois secretários da Mesa, tendo apelado ao envio das intervenções e declarações de voto por parte dos deputados de forma a auxiliar o sempre complexo processo de redação da proposta de ata. De seguida prestou um agradecimento à D. Alice Roque pelo apoio que dá à Mesa da Assembleia, à Dra. Adelaide Montenegro, ao técnico Carlos Fernandes por todo o apoio técnico-logístico, ao Dr. Sérgio por se ter disponibilizado para fazer a apresentação dos documentos previsionais e auxílio nos respetivos esclarecimentos, assim como ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a todos os vereadores da Câmara Municipal pela presença e contributo para as profícuas discussões e esclarecimentos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelos dois Secretários. -----

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

A Segunda Secretária